

COMENTÁRIO CRÍTICO

O BRASIL DE LULA, SEGUNDO PERRY ANDERSON

BORIS FAUSTO

RESUMO

O autor discute o artigo “O Brasil de Lula”, do historiador inglês Perry Anderson, publicado em *Novos Estudos* 91, questionando a parcialidade de sua avaliação do governo Lula.

PALAVRAS-CHAVE: *política nacional; governo Lula; governo FHC; Perry Anderson.*

ABSTRACT

The author discusses the article “Lula’s Brazil”, by Perry Anderson, published in *Novos Estudos* 91, and questions the soundness of the English historian’s analysis of Lula’s terms as president of Brazil.

KEYWORDS: *Brazilian politics; Lula’s presidency; Cardoso’s presidency; Perry Anderson.*

O artigo do historiador inglês Perry Anderson aproxima-se de uma hagiografia do ex-presidente Lula. Não obstante os êxitos, mas também os escândalos, que permearam os dois mandatos de Lula, sua figura se destaca imensamente no texto e sofre apenas de passagem um ou outro arranhão.

Mesmo quando censura, com veemência, atos de corrupção, ou o que chama de “lado sombrio do PT”, Anderson poupa a figura presidencial. Em poucas palavras, tal como ocorre desde o tempo das monarquias absolutas, o “rei” acerta sempre e os erros, as transgressões são culpa dos falíveis ministros, os membros do primeiro ou do segundo escalão, na linguagem de hoje.

Nessa esteira, Perry Anderson assume um mantra caro ao ex-presidente: “Nunca antes na História deste país...” etc. O recurso político matreiro, mas inegavelmente eficaz, utilizado nos palanques torna-se falso quando incorporado como pressuposto de um artigo acadêmico. A utilização dessa chave retórica me obriga a voltar a questões e argumentos pisados e repisados. Ressalvo, de início, que não pretendo fazer um balanço do governo Lula. Meu propósito é bem menos ambicioso. Procuo tão somente analisar a versão de Perry Anderson do Brasil de Lula.

Começo pelo terreno econômico. Aludindo a um momento periclitante do prestígio de Lula, no curso da crise do mensalão, a partir de maio de 2005, Anderson acentua que o ex-presidente superou uma conjuntura difícil graças aos erros da oposição e à existência de duas reservas de emergência, “que não apenas salvaram sua posição, mas a transformaram”. A primeira “reserva” seria a volta do crescimento econômico, após o primeiro mandato, “devido essencialmente à boa sorte no exterior”. Anderson menciona como um dos fatores principais da bonança a grande elevação do preço das *commodities*, vinculada ao salto da demanda chinesa por minério de ferro e soja; a segunda “reserva” seria a implementação de uma série de medidas e programas, como os aumentos substanciais do salário mínimo acima da inflação, a implantação e a expansão do programa Bolsa Família e a introdução do crédito consignado. Anderson destaca a implantação do Bolsa Família, acentuando que o custo efetivo do programa “é uma ninharia”, mas seu impacto político enorme, por propiciar a criação de um sólido laço material e simbólico entre Lula e as camadas mais pobres da população brasileira. Diz, com razão, que a elevação dos níveis do salário mínimo resultou em um mecanismo de transferência de renda mais importante que os programas assistenciais, alcançando mesmo os setores informais da economia, embora, como diz Anderson, estes não cheguem a 80% da força de trabalho, tendo girado em torno dos 50%, na pior situação.

As afirmações do autor, no terreno econômico, poderiam ser tidas como inteiramente verdadeiras, não fosse a ocultação ou a crítica de tudo o que ocorreu em anos anteriores à ascensão de Lula ao poder, particularmente no governo de Fernando Henrique Cardoso. Em poucas palavras, passados muitos anos, Perry Anderson volta ao chavão da “herança maldita”, enfatizando o baixo crescimento dos anos FHC, a elevação da dívida pública, dos juros e da inflação, esta última nos últimos meses do governo. Ele desconsidera o fato de que, para consolidar a estabilidade, Fernando Henrique teria de reorganizar as finanças públicas, privatizando bancos estaduais, renegociando as dívidas dos Estados, construindo com estes programas de ajuste fiscal. Desconsidera também a existência de um cenário externo adverso, devido a duas razões principais. De um lado, os

termos de intercâmbio desfavoráveis para o país, dado o baixo preço das *commodities*; de outro, as crises do México (1994), da Ásia (1997) e da Rússia (1998). Convém mencionar ainda o temor gerado nos últimos meses de mandato presidencial pela iminência da vitória do PT, temor que se revelou injustificável.

Mais ainda, o autor do texto prefere ignorar que os inegáveis êxitos do governo Lula no campo da economia e das finanças públicas não se devem apenas à “boa sorte no exterior”, mas também à preservação das bases do que antes havia sido construído, a partir de um quadro de grande desorganização. A política econômica responsável teve como ponto de partida o Plano Real, que representou um êxito extraordinário de política macroeconômica, depois dos fracassos anteriores, ao baixar a inflação estratosférica a níveis perfeitamente aceitáveis. Como se sabe, os principais beneficiários da queda da inflação foram os setores mais pobres da população, indefesos diante da escalada de preços que corroía os salários, semanas antes do fim de cada mês. Cabe lembrar também, a título de exemplo, o saneamento das finanças públicas com a limitação dos gastos dos entes da Federação e a vedação de empréstimos dos bancos aos respectivos governos estaduais, que pôs fim à farra das campanhas eleitorais bancadas, a fundo perdido, pelos bancos públicos. Lembro, por último, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), que saneou o sistema bancário e se constituiu em patamar do equilíbrio financeiro. Na época, o plano foi apedrejado pelo PT, pela CUT e pelos sindicatos sob controle petista, como um conluio para a salvação dos banqueiros. De fato, os tempos eram outros, distantes da ascensão de Lula ao poder, quando a demonização do setor financeiro desapareceu de cena, dando lugar a uma aproximação dele.

Avaliação de Perry Anderson sobre a continuidade ou não da política econômica, ao longo dos mandatos dos dois presidentes, é contraditória. A certa altura de seu artigo, ele afirma que “longe de qualquer continuidade, havia um abismo entre seu governo [o de Lula] e o de Fernando Henrique Cardoso”. O abismo teria a ver com o fato de que Lula lançou um contra-ataque agressivo contra as privatizações e nenhuma empresa foi privatizada em seu governo. Mais adiante, Anderson lança uma pergunta: “Que balanço da experiência brasileira posta em movimento no governo Lula, e ainda em seus desdobramentos, é possível neste momento? Encarado como um período na economia política do Brasil, ele pode ser considerado contíguo ao de Fernando Henrique Cardoso, um desenvolvimento dentro da mesma matriz”. Nessa altura do texto, o que marcaria uma verdadeira ruptura com o governo anterior seria a política social, derivada da identificação do presidente com as camadas pobres da população e das condições políticas extraordinariamente propícias, no contexto da América Latina.

É curioso que o autor tome a interrupção das privatizações como marco de uma ruptura. Ruptura haveria se Lula reestatizasse empresas privatizadas, atendendo a pressões de um setor radical de seu partido e de vozes situadas na extrema esquerda. Como ele teve a sensatez de preservar, bem ou mal, o que havia sido feito, não cabe falar, nesse aspecto, em ruptura, a não ser no terreno das injúrias retóricas, que Anderson chama de “contra-ataque agressivo às privatizações do governo anterior”. Não podemos esquecer, porém, que o governo Lula desprezou as agências reguladoras, reduzindo a capacidade de regulação pública sobre setores-chave para o bem-estar da população e o desenvolvimento do país.

No tocante à alegada ruptura como fruto de uma política social radicalmente renovadora, é necessário fazer uma distinção. É inegável que o maior crescimento econômico nos anos do governo Lula, assim como as políticas de transferência de renda, resultou em uma significativa ascensão social das camadas mais carentes da população e dos setores mais baixos da classe média. Mas a afirmação de que o Brasil é hoje, majoritariamente, um país de classe média ignora a circunstância apontada corretamente pelo autor do texto de que o patamar de ingresso estatístico na classe média, adotado pelo IPEA, é notoriamente baixo, em termos comparativos.

Ao enfatizar o avanço na área social ocorrido no curso dos dois mandatos de Lula, Perry Anderson embarca na afirmação, tantas e tantas vezes repetida, de que o governo Fernando Henrique “ignorou o social”, in verdade muito bem orquestrada para valorizar a figura compassiva de Lula. Convém recordar nesse aspecto um ponto básico. O sempre lembrado programa intitulado Bolsa Família, como diz expressamente a lei federal n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, resultou da unificação de vários programas implantados no governo Fernando Henrique: o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação; o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde; o Programa Auxílio-Gás, acompanhado do Cadastro Único do Governo Federal. Ao término do mandato de Fernando Henrique, o conjunto dos programas já beneficiava 5 milhões de famílias, chegando a 12 milhões de famílias quando terminou o mandato de Lula, em 2009. Note-se que a retomada desses programas e sua unificação, no governo Lula, ocorreu após o fracasso de outro modelo, o Fome Zero, inspirado pelos círculos católicos de esquerda. Não se trata, no caso, de uma simples mudança de rótulo, na medida em que o Fome Zero se baseava na ideia de incentivar a agricultura familiar, pela distribuição de alimentos à população carente.

Dir-se-ia então que houve contiguidade, na expressão de Perry Anderson, entre os mandatos de Fernando Henrique e de Lula? Nas áreas econômica e social, a afirmação é em parte verdadeira, se nos ativermos

ao primeiro mandato de Lula, quando ele deu seguimento, em linhas gerais, à política econômica de seu antecessor. A partir do segundo mandato, houve um deslocamento no rumo de uma posição mais estatista, possibilitada pelos êxitos logrados no curso dos primeiros quatro anos de governo. Esse deslocamento deu maior ênfase ao papel do Estado no processo de investimento e na extensão de um mercado interno de massas, mas não se constituiu em um novo modelo de desenvolvimento, apesar da retórica em torno do tema.

A profunda mudança de rumo entre o governo Lula e o de Fernando Henrique surgiu no terreno da política, com a mutação no nível do poder, acompanhada da emergência de novos atores sociais. Sob os auspícios do Estado e com a utilização de recursos públicos, esteve e ainda está em formação um bloco propenso a desequilibrar o jogo político e pôr em risco a rotatividade do poder. O bloco baseia-se no *lulismo*, ou seja, no peso da personalidade carismática de Lula, e conta com uma associação da máquina do PT, das centrais sindicais (com a CUT à frente), dos grandes grupos privados, beneficiários de empréstimos subsidiados do BNDES, e dos fundos de pensão, transformados em elo entre o mundo sindical e o empresarial. Quem creio que pela primeira vez constatou o nascimento desse bloco, cujos riscos à democracia são notórios, foi um sociólogo insuspeito da pecha de neoliberalismo, Francisco de Oliveira. Para expressar numa palavra essa configuração, ele trouxe à cena um animal *sui generis*, o ornitorrinco, que sob a forma zoológica não é conhecido em nossas plagas.

No que diz respeito à corrupção durante o governo Lula, Anderson se mostra suficientemente perspicaz para não embarcar numa canoa furada, segundo a qual as seguidas acusações a integrantes do governo não passaram de uma conspiração da mídia. Ao contrário, o autor reconhece “que a corrupção da qual o PT se beneficiou e sobre a qual governou [*sic*], foi, provavelmente, mais sistemática do que a de qualquer antecessor”. A partir dessa constatação geral, ele narra, com abundância de detalhes, as transgressões de várias espécies, atribuídas a José Dirceu, José Genoino, Duda Mendonça, Luiz Gushiken, Antonio Palocci etc. Num cenário que chama de “ainda mais tenebroso”, refere-se ao assassinato não inteiramente esclarecido do prefeito de Santo André, Celso Daniel, em princípios de 2002, atribuído a irregularidades na política municipal. A tese do assassinato político, aliás, foi rejeitada por Lula e por seu partido, que tratou mais do que depressa de pôr uma pedra no episódio, com a estranha contribuição da polícia paulista.

Desse modo, Perry Anderson faz uma denúncia gritante aos chamados malfeitos que ocorreram nos anos Lula e não haveria por que insistir nesse ponto. Mas não é assim. O autor trata de amenizar as práticas corruptoras, relativizando-as de várias e imagino-

sas formas. Assim, ele alude à possibilidade de colocar o tema da corrupção em perspectiva histórica, dizendo que o financiamento ilegal de campanhas políticas por doadores secretos foi ou é um comportamento generalizado na política brasileira. Observa ainda que o presidente do PSDB foi alvo dessa acusação e teve de renunciar à presidência partidária.

Aqui, é preciso notar que seria caricatural atribuir apenas ao governo Lula e ao PT práticas corruptoras de toda espécie, que atingiram inclusive, de forma localizada, o maior partido da oposição, além de ministros indicados por partidos da base aliada. Essa constatação é verdadeira, mas a questão central não se refere às transgressões de sempre, e sim à implantação de um sistema de poder em que estão incrustadas tais transgressões como seu elemento constitutivo. O fato é reconhecido, de passagem, pelo autor do texto, ao aludir, como já me referi, a uma “corrupção provavelmente mais sistemática” no governo Lula.

O ponto central das páginas do artigo de Anderson dedicadas à corrupção é a negação do envolvimento do então presidente Lula, mesmo por complacência, nos escândalos que pontilharam seu governo. Essa afirmação é feita *en passant*, no meio de uma frase, como se estivessemos diante de uma incontestável verdade: “Deixando de lado os lapsos da conduta do PT, dos quais, naturalmente, *ele* [Lula] *não tinha ciência*, o presidente lançou um contra-ataque agressivo [...]”, o grifo é meu. A afirmação peremptória me obriga a chover no molhado, lembrando o que já se disse e redisse sobre o papel de Lula diante dos “malfeitos” de seu governo. Diga-se de passagem que os “malfeitos” levaram a presidenta Dilma a realizar uma faxina em seus ministérios, no primeiro ano de mandato. Como explicar que Lula não tivesse ciência de fatos que aconteciam a seu redor, até mesmo no interior do Palácio do Planalto, quando José Dirceu era ministro-chefe da Casa Civil da presidência da República? Como explicar, quando muitas transgressões foram reveladas, a defesa pertinaz de membros incriminados do primeiro escalão, por parte do presidente Lula, até que ele se visse obrigado a ceder diante das pressões da imprensa e da opinião pública?

É também significativo o tratamento contrastante dado a Fernando Henrique — de quem Perry Anderson parece ter particular ojeriza — quando aborda o episódio da emenda constitucional, aprovada pelo Congresso em junho de 1997, possibilitando a reeleição dos presidentes da República, com vigência já a partir do mandato em curso. À época, muitos discutiram e colocaram em jogo a oportunidade de a emenda abranger esse mandato, outros falaram em quebra das tradições republicanas. É inegável também que a emenda despertou o apetite de alguns governadores dos Estados, que vislumbraram a possibilidade de maior permanência no poder. Todas essas críticas são

relevantes, mas convém lembrar que vieram acompanhadas das acusações da oposição, no sentido de que o governo “comprara votos” no Congresso. Essa acusação deu origem à estridente campanha do “fora FHC”, promovida pelo PT, pela CUT e por alguns ilustres bacharéis que trataram de distorcer preceitos da Constituição federal para interromper um mandato legitimamente conquistado.

A acusação não foi comprovada e muito menos a alegação de que Fernando Henrique tomara parte de uma fraude, ou tivera conhecimento dela. Acusações de compra de votos de dois deputados do Acre, com dinheiro pago por uma empreiteira, com a participação ativa dos governadores do Acre e do Amazonas, deram origem a uma investigação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A comissão obteve provas suficientes das transgressões, a ponto de os dois deputados terem sido obrigados a renunciar para escapar à cassação. Mas nada ficou provado acerca da alegada participação do ministro das Comunicações Sergio Motta nesse episódio, e nunca o nome do presidente da República entrou em cena nas investigações. Quando não fosse por motivação ética, que razões teria o governo para arriscar-se a uma operação criminoso, quando o prestígio do presidente Fernando Henrique estava no auge, como se viu pela aprovação da emenda, por ampla maioria, na Câmara e no Senado? No entanto, Perry Anderson endossa o argumento de ocasião e, mais, destaca a participação pessoal do presidente da República na compra de votos. Sua frase não permite dúvidas: “era sabido que Cardoso tinha molhado a mão de deputados do Amazonas [*sic*] para garantir a mudança constitucional que lhe permitiu concorrer a um segundo mandato”.

Afirmei acima que Perry Anderson não embarcou na canoa furada da “conspiração da mídia”, ao tratar dos episódios de corrupção, no curso do governo Lula. Nem por isso, no entanto, mostra simpatia para com a imprensa, sobretudo com relação aos grandes jornais do país. Não ter simpatia é uma coisa; entregar-se à fantasia é outra. Depois de dizer que o leitor da *Folha* ou do *Estadão*, para não falar na revista *Veja*, estava vivendo num mundo fora da realidade, porque esses veículos retratavam Lula como um grosseiro aspirante a caudilho, sem a menor compreensão dos princípios econômicos ou respeito pelas liberdades civis, o autor trata de explicar as razões desse suposto procedimento ilusionista da grande imprensa. Numa frase, diz ele que “tradicionalmente, desde o fim do governo militar, [...] eram os donos da imprensa e da televisão que selecionavam os candidatos e determinavam o resultado das eleições”. No entender do autor, o suposto poder da mídia seria uma força irresistível, capaz de decidir a opção de voto de milhões de brasileiros, quem sabe incapazes de decidir por si mesmos! Seguindo seu raciocínio, a eleição de Lula teria significado uma perda de poder da mídia, disso resultando, em última análise, o

horror da imprensa contra ele. Perry Anderson dá dois exemplos desse suposto controle das eleições nacionais pela mídia, afirmando que, “se o caso mais célebre foi o apoio dado a Collor pelo império da rede Globo, a coroação de Cardoso pela imprensa, antes mesmo de ele ter lançado sua candidatura, não havia sido menos impressionante”.

O exemplo da edição tendenciosa pela rede Globo do último debate da campanha presidencial de 1989 é verdadeiro, e profundamente lamentável, embora seja impossível dizer que o episódio, por si só, tenha determinado a vitória de Collor. Por sua vez, o segundo exemplo carece de fundamento. Anderson esquece que a chamada coroação de Cardoso pela imprensa, antes mesmo do lançamento de sua candidatura, resultou do fato de que o personagem FHC era notícia como responsável pelo lançamento do Plano Real, ainda na fase da URV. Anderson afirma também que o relacionamento direto de Lula com as massas interrompeu o ciclo da imprensa Grande Eleitora, minando o papel da mídia na formação do cenário político. A impressão que se tem, nessa passagem de texto, é que Anderson nunca assistiu à televisão brasileira, nem mesmo arriscando-se a “zapear” pelos diferentes canais. Se tivesse feito isso, saberia que o decantado relacionamento direto de Lula com as massas jamais teria a repercussão que teve sem o papel desempenhado pela televisão, com a rede Globo à frente. Foi ela quem colocou na tela, para milhões de espectadores, com maior eficácia, as imagens de pronunciamentos, comícios e manifestações de Lula, em inúmeras cerimônias.

Isso significa que as emissoras de televisão seriam então responsáveis pela reeleição de Lula? De modo algum, porque o importante papel exercido pela mídia não chega ao ponto de eleger candidatos, num país complexo, caracterizado por diferenças regionais e uma massa de mais de 100 milhões de votantes. De resto, Anderson parece não entender a postura dos grandes jornais brasileiros entregues, segundo ele, a uma “bizarra ladainha acrimoniosa de antilulismo, estranha a qualquer senso objetivo de interesse de classe”. Acontece que nem tudo neste mundo passa por “interesse de classe”, embora quase tudo passe por interesses; nesse caso, os interesses específicos dos grandes jornais em meio a uma acirrada competição entre eles. Um só exemplo: a acusação de suposta compra de votos no episódio da reeleição, que causou estragos à credibilidade do governo de Fernando Henrique, partiu de uma série de reportagens da *Folha de S. Paulo*.

Uma palavra sobre as questões institucionais às quais, aliás, Perry Anderson dá pouca importância. Quando se refere à absolvição do então ministro Antonio Palocci pelo Supremo Tribunal Federal — uma decisão que a opinião pública, com justa razão, não engoliu —, ele faz uma incursão injuriosa pela conduta dos membros daquela

corde. Curiosamente, nessa incursão, Anderson fala de um amigo de Fernando Henrique Cardoso que apoiou o golpe militar de 1964, “e não podia sequer se gabar de ter um diploma em Direito”. Minha tentativa de desvendar quem seria esse personagem oculto foi infrutífera. Estaria o historiador Perry Anderson cometendo um pecado cronológico de cem anos, quando se sabe que quem nomeou um ministro não portador do diploma de direito foi o marechal Floriano Peixoto, em 1893, ao escolher o médico Barata Ribeiro para o cargo? Ofensas e escorregões à parte, Anderson nem sequer menciona o importante tema da chamada politização do Judiciário, ou a criação e as iniciativas de um órgão tão importante como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Indo adiante, é necessário lembrar que várias decisões do STF são passíveis de críticas, e nem sempre seus membros conseguem resistir à tentação dos holofotes, embora as sessões transmitidas pela televisão sejam um bom exemplo de transparência. Mas, no curso do governo Lula, o STF foi responsável por alguns julgamentos históricos, ao garantir a tribos indígenas a demarcação contínua da reserva Raposa do Sol, em Rondônia, contrariando a campanha promovida pelo governador daquele Estado e por fazendeiros locais, na maioria grileiros; ao reconhecer as uniões homoafetivas, apesar da pressão das igrejas e dos setores mais conservadores da sociedade; ao admitir a utilização de células-tronco para fins de pesquisa, apesar das pressões dos mencionados setores; ao receber a denúncia dos indiciados pelo procurador-geral da Justiça, no caso do mensalão.

As dúvidas lançadas pela oposição no tocante ao desempenho pessoal do presidente Lula no âmbito internacional não se confirmaram. Ao contrário, Lula soube extrair vantagens da sua condição de monoglota, explicável por sua origem social e, independentemente das declarações disparatadas que pontilharam suas falas nas visitas a inúmeros países e a encontros internacionais, firmou-se como representante máximo de um país cujo prestígio crescia a olhos vistos. A construção de sua imagem foi facilitada pela sua história de vida e pelo fato de não ser uma liderança radical como muitos temiam. Além disso, o mundo oficial reconheceu em Lula um líder com marca própria, que destoava do formalismo dos encontros diplomáticos.

A política externa caracterizou-se por uma busca de maiores laços com países da África, da Ásia e da América Latina, culminando no importante papel desempenhado pelo Brasil na formação do chamado G-20. Ao mesmo tempo, ela teve aspectos comprometedores, notadamente pelo viés ideológico, evidenciado no trato fraterno com governos autoritários, de velho ou de novo tipo, como é o caso de Cuba e Venezuela, acrescentando-se à lista o regime teocrático do Irã.

Na avaliação de Perry Anderson, a política externa de Lula merece rasgados elogios. A maior prioridade à integração regional promovendo o Mercosul com os países vizinhos ao sul, e “recusando a postura esnobe [*sic*] de Cuba e Venezuela com relação ao norte”, a liderança de uma frente de países mais pobres para impedir as tentativas euro-americanas de impor mais acordos de “livre comércio” e o papel desempenhado pelo Brasil no âmbito do BRIC são ressaltados no texto, a ponto de o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim merecer destaque como “a figura mais impressionante do gabinete de Lula”.

Cabe ressaltar como Perry Anderson encara a postura do presidente Lula nas relações com o regime teocrático do Irã. Lula — diz ele — “não apenas reconheceu a Palestina como um Estado [nada a objetar nesse aspecto], como se recusou a integrar o bloqueio do Irã, chegando mesmo a convidar Ahmadinejad a visitar Brasília. Para o Brasil, fazer isso foi praticamente uma declaração de independência diplomática. Washington ficou furiosa, e a imprensa local ficou fora de si com essa quebra de solidariedade atlântica”. Poucos eleitores se importaram, diz o autor, mas a opinião pública se importou, digo eu e muita gente mais. Como se vê, o parâmetro de Anderson para medir o comportamento do Brasil na esfera internacional baseia-se em um termômetro que mede, positiva ou negativamente, as distâncias maiores ou menores de nosso país com relação aos países ocidentais, tendo como foco principal os Estados Unidos da América.

Ninguém ignora que no campo das relações internacionais, gostemos ou não, uma postura de todo coerente com princípios e valores fundamentais cede muitas vezes terreno aos interesses da *realpolitik*. Os países ocidentais são um exemplo claro dessa afirmação. Mas seria necessário que o Brasil seguisse essa trilha, e, mais ainda, que o presidente Lula demonstrasse uma conduta que deu de ombros aos direitos humanos, como aconteceu particularmente nos casos de Cuba e do Irã? Por mais simpatia que mereça a luta por meios pacíficos dos dissidentes cubanos contra a ditadura castrista, chega a ser compreensível que presidentes brasileiros evitem contato com os opositores, quando em visita oficial a Cuba. Lula não está sozinho nessa atitude, seguida até aqui pelos presidentes Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso. Porém, Lula não se limitou a esse gesto, e foi além, na visita oficial aos Castro, em março de 2010, quando escarneceu do recurso desesperado dos dissidentes às greves de fome, fazendo uma infeliz aproximação — para dizer o menos — dos presos políticos com delinquentes comuns. O momento não poderia ser pior. Na ocasião, ocorrera a morte do operário da construção Orlando Zapata Tamayo, após mais de oitenta dias de greve de fome.

Quanto às relações de nosso país com o Irã, que despertaram as palavras entusiásticas de Perry Anderson, convém lembrar que o governo

Lula ignorou as seguidas violações dos direitos humanos praticadas pelo governo iraniano. Mais ainda, mal haviam terminado as eleições realizadas naquele país em 2009, com indícios veementes de fraude, quando milhões de manifestantes saíram às ruas e foram duramente reprimidos pelas “forças da ordem”, Lula apressou-se em ratificar o resultado eleitoral que dava a vitória a Ahmadinejad. Numa de suas metáforas características, comparou a reação de parte ponderável da população iraniana ao choro de perdedor, assim como acontece entre flamenguistas e vascaínos...

Desde o início de seu mandato, a presidenta Dilma vem retificando em parte as atitudes de seu antecessor, ao condenar, por exemplo, violências praticadas contra as mulheres, cujo apedrejamento das supostas adúlteras é um exemplo gritante. De modo geral, Dilma vem adotando uma postura mais equilibrada nas relações de nosso país com a teocracia iraniana, como demonstra o voto na ONU a favor da resolução que abriu caminho para a investigação de casos de violação de direitos humanos no Irã. Perry Anderson parece não gostar nem um pouco do governo Dilma, ao menos no campo da política exterior. Basta confrontar a referência já feita ao “extraordinário ministro Celso Amorim” com a alusão ao ministro Antonio Patriota, sem sequer citar-lhe o nome, num trecho de seu texto em que critica os primeiros passos de gestão da atual presidenta: “[...] ao restituir Palocci ao poder como chefe da Casa Civil, e substituir Amorim como ministro das Relações Exteriores por um emissário complacente com Washington, seu gabinete foi projetado para garantir os negócios e os Estados Unidos pouco têm a temer da nova administração”.

Em poucas palavras, neste e em outros pontos, Perry Anderson anuncia sensíveis diferenças entre os governos de Lula e Dilma, o que é certamente um exagero, ao menos até os dias de hoje. Sua tendência ao maniqueísmo busca traçar uma linha nítida, separando os maus — os malsinados neoliberais — dos bons — os inimigos do imperialismo. Quando mais não seja, essa concepção tem um sabor arcaico de que o texto analisado é um exemplo expressivo.

Recebido para publicação
em 3 de fevereiro de 2011.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

92, março 2012

pp. 23-33

BORIS FAUSTO é professor aposentado do Departamento de Ciência Política da FFLCH (USP) e membro da Academia Brasileira de Ciências.